

A PAISAGEM CULTURAL DO NORTE DO ESTADO DO MATO GROSSO: CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO RIO TELES PIRES

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i2.1453>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestre e Doutorando em História pela UFMG
ralanari@gmail.com



Mariane Gonçalves Moreira

Mestre em Antropologia pela UFMG
mgoncalvesmoreira@gmail.com



Leylane Ferreira

Especialista em Gestão Ambiental e Geoprocessamento pelo UNIBH
leylanef@yahoo.com.br



Recebido em: 05/03/2015 – Aceito em 10/06/2015

Resumo: Este artigo tem como objetivo a análise das práticas e modos de vida tradicionais dos pescadores residentes nas margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso, Brasil. Utilizaremos o conceito de Paisagem Cultural para identificar a complexa rede de interações estabelecidas entre elementos naturais e culturais que, em conjunto, integram a as experiências de vida de pessoas dedicadas ao trabalho no rio Teles Pires. Serão analisadas as percepções de moradores locais, cujos relatos fornecem subsídios para o estudo do processo histórico de ocupação e apropriação do espaço, bem como dos significados simbólicos a ele atribuídos. A pesca artesanal se destaca dentre os aspectos que caracterizam o modo de vida tradicional da população ribeirinha. Diversas transformações no cotidiano dos ribeirinhos ocorreram nos últimos anos em decorrência de mudanças climáticas e da implantação de um empreendimento hidrelétrico – a UHE Colíder. Nos depoimentos dos pescadores é possível identificar como eles narram suas histórias de vida, ressaltando valores caros a suas identidades culturais, e também os significados atribuídos ao processo de transformação nos modos de vida. Esperamos recuperar as vozes dos moradores locais para contribuir para a construção da memória do Rio Teles Pires frente ao processo de transformação observado nas últimas décadas.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Memória; rio Teles Pires.

Abstract: This article discusses the usage of the concept of “cultural landscape” in a specific case: the Teles Pires river, situated in the north of the state of Mato Grosso, Brazil. The article seeks to comprehend the complex interational network established between natural and cultural elements which constitute de local landscape. The his-

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do *Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e Educação Patrimonial do Projeto Básico Ambiental – PBA do empreendimento UHE COLÍDER – 300 MW¹*, que faz parte do licenciamento ambiental da obra. Nosso objetivo é ampliar o escopo da discussão sobre os agentes sociais envolvidos no processo de construção da UHE Colíder e disponibilizar aos estudiosos dados para a discussão sobre os impactos culturais de empreendimentos semelhantes. Entre 2012 a 2014 foram realizadas atividades de campo que forneceram informações vindas de atores sociais da região, pesquisadores da história regional e também da população ribeirinha que será diretamente afetada pela UHE Colíder. Essas pessoas, principalmente os ribeirinhos expuseram suas visões do ponto de vista histórico-cultural, representações de suas vidas cotidianas e de suas relações com o meio que os cerca. Esse trabalho tem como objetivo recuperar alguns desses elementos nas vozes dos próprios agentes locais.

¹ A Usina Hidrelétrica Colíder está sendo construída no rio Teles Pires, norte do Mato Grosso. Terá potência instalada de 300 megawatts e um reservatório que abrangerá áreas dos municípios mato-grossenses de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia. Mais informações: www.copel.com/uhecolider

No nosso entendimento, as entrevistas realizadas proporcionaram subsídios para a avaliação do impacto do empreendimento na vida cotidiana da população local, em seu patrimônio cultural e nas alterações na paisagem que caracterizou a vida das pessoas desde a ocupação da região norte do Mato Grosso. Um dos objetivos deste trabalho é apresentar os impactos da implantação da UHE Colíder sentidos pela população e a forma como eles modificarão seus hábitos tradicionais. Nossa hipótese principal é a de que, dotados de forte identificação com o ambiente natural e de um sentido de “pioneirismo” associado às dificuldades enfrentadas para se estabelecer na região nas décadas de 1970 e 1980, os pescadores enxergam na usina hidrelétrica a culminância de um processo de “desenraizamento” que teve início anos antes, com as mudanças climáticas e a crise na produção pesqueira. Nesse sentido, acreditamos ser possível falar em uma modificação nas formas de interação entre o homem e a natureza no caso dos ribeirinhos residentes no rio Teles Pires do norte do Mato Grosso

Para evidenciar esse caráter de transformação cultural devido a fatores alheios às comunidades, utilizaremos o conceito de “paisagem cultural” para caracterizar os modos de vida e de relação com o meio no Rio Teles Pires, localizado no Estado do Mato Grosso, e apresentaremos as visões dos habitantes locais a respeito de suas características, bem como das transformações observadas recentemente. Dividimos o texto em quatro seções. Na primeira discutiremos o conceito de paisagem cultural e suas virtualidades para a preservação do patrimônio cultural. Em seguida apresentaremos um breve panorama sobre a vasta área banhada pelo rio Teles Pires no norte do Mato Grosso, contemplando seus elementos naturais e histórico-culturais. Na terceira seção analisaremos as percepções da população ribeirinha a respeito do rio e do processo de instalação da UHE Colíder na região, com o objetivo de aferir as interpretações elaboradas pelos próprios detentores das práticas locais aqui estudadas. Por fim apresentaremos conclusões a respeito do impacto do empreendimento na região visitada pela equipe técnica.

I. Paisagem cultural em perspectiva

A paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território. É dentro de suas paisagens locais que os membros de uma comunidade percebem os lugares nos quais estão inseridos e com os quais se relacionam, estabelecendo as imagens sobre seu cotidiano imediato. Nesse sentido, a paisagem não deve ser compreendida apenas como um meio natural ou artificial, e sim como uma complexa rede de percepções em interação com o meio, composta por processos de criação e recriação a partir das permanências e modificações impostas ao meio físico a partir da ação dos seres humanos. As paisagens, portanto, são fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade. De acordo com Milton Santos, a paisagem é:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.²

Neste contexto, torna-se importante a diferenciação entre paisagem e natureza. Não existe uma natureza em si, apenas uma natureza pensada e experimentada. Se-

² SANTOS, Metamorfose do espaço habitado, p. 40.

gundo Milton Santos, é ilusório representar a história da humanidade como se ela se desenrolasse no seio de uma natureza que nada lhe devesse. Mesmo que, em aparência, assim possa parecer, “todo o drama humano consiste justamente em escolher entre aparência e verdade. A história mostra-nos que só uma extrapolação esquematizante permite imaginar que a natureza tem um sentido qualquer, independente da representação de sujeitos pensantes.”³ A relação entre homem e natureza não se limita ao pensado em termos científicos. Para tratar da história da ideia de natureza, Lenoble aponta para o fato de ela ser a expressão de uma determinada experiência envolvendo necessariamente uma concepção de mundo. Experiência e percepção, mais uma vez, ocupam o centro da dimensão humana da paisagem.⁴

Se a experiência e a percepção dos humanos é que confere valor à natureza, é também preciso observar que essa fruição do espaço natural não se dá de forma completa, mas sim em porções específicas de território. Não se tem uma experiência plena da natureza em que se desfrute de todas as virtualidades de sua composição. Tal caráter “fragmentário” da percepção humana do meio, por sua vez, não poderia ser identificado com a ideia de natureza, entendida de forma mais ampla, como os recursos naturais a disposição de forma “pura” em toda a extensão do planeta. Simmel explicita que “a paisagem apresenta-se como a delimitação, a captura visual momentânea de um pedaço isolado da natureza”.⁵ Esse “pedaço de natureza”, a paisagem, é onde os seres humanos vivem suas vidas, estabelecem suas relações sociais e constroem o universo simbólico que dá sentido às suas ações. A paisagem é uma imagem cultural, um meio pictórico de representar, estruturar ou simbolizar o mundo. O significado verbal, visual ou construído da paisagem possui uma história de trocas complexas entre esses elementos. Essa troca é marcada pela importância cultural que as paisagens vão adquirindo ao longo do tempo como elementos referenciais de identidades e culturas diversas, sendo possível a constituição de um patrimônio paisagístico histórico-cultural.⁶ Segundo Castrogiovanni compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo.⁷

Defendemos aqui essa forma de analisar a paisagem em oposição a posições “essencialistas” e “mesológicas” sobre a mesma. As primeiras, tributárias tanto das correntes artísticas europeias do século XIX como o Romantismo quanto do cientificismo, associariam a ideia de “natureza” à de “essência”, seja ela humana ou do mundo, das nações e Impérios.⁸ As conotações políticas de tais postulados, como já mostramos, estabelecem uma hierarquia de formas de apropriação do meio que justifica uma suposta escala evolutiva da civilização, em contraposição à natureza, ligada à barbárie. As segundas, ao associarem o estudo das paisagens apenas aos seus aspectos geográficos, atribuiriam à paisagem a condição de “suporte da vida”. Mesmo quando preocupada com as formas de apropriação do meio pelo homem, ele coloca os recursos naturais como se estivessem à disposição dos homens, que “modelariam” a base física do mundo de acordo com suas necessidades. Para Sauer, por exemplo, a paisagem cultural é uma paisagem natural modelada por um grupo cultural: “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado.”⁹ Essa visão esquemática das interações entre homem e meio, que vigorou durante grande parte do século XX, também está fora dos horizontes teóricos de nossa análise.

Acompanhamos as correntes mais atuais dos estudos nas áreas da Geografia Cultural, da Antropologia, da História e de outras especialidades associadas às práticas de preservação cultural. As políticas de preservação do Patrimônio Cultural ganharam força no século XX, associadas à ascensão dos nacionalismos ao redor do mundo. As políticas públicas na área da memória conjugaram a proteção aos monumentos à cria-

³ SANTOS, Sociedade e espaço: A Formação Social como Teoria e como Método, p.18.

⁴ LENOBLE, História da ideia de natureza, p. 28.

⁵ SIMMEL, “Philosophie du Paysage” et “La Signification Esthétique du Visage”, p. 232.

⁶ SANTOS, Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica, p. 115.

⁷ CASTROGIOVANNI, Por que Geografia no Turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre, p. 132.

⁸ SCHAMA, Paisagem e Memória, p. 38.

⁹ SAUER, A morfologia da Paisagem, p. 25.

ção de museus e o estabelecimento de arquivos, que constituíram uma espécie de “tríade” fundamental das histórias nacionais. Durante várias décadas a proteção ao patrimônio, então “histórico e artístico” focou apenas a conservação e restauração de bens materiais imóveis – monumentos, edificações – e móveis – coleções de obras de arte, mobiliário, imaginária, medalhas e objetos diversos. Dentro desse panorama, os recursos naturais integrantes da “paisagem” dos bens imóveis eram valorizados somente enquanto “ambiência” das edificações, associadas à fruição estética da beleza local. Somente a partir da década de 1970 o conceito de “patrimônio histórico e artístico” deu lugar ao de “patrimônio cultural”, numa virada caracterizada pela aproximação com diversas áreas do conhecimento, especialmente as citadas acima neste parágrafo.

As primeiras ações nesse sentido ocorreram a partir da Convenção para o Patrimônio Cultural, realizada em 1972. No relatório final desse evento foi criada uma Lista do Patrimônio Mundial, divididos em duas categorias: patrimônio natural e patrimônio cultural. Se é possível perceber, nessa iniciativa, uma vinculação à divisão tradicional entre “natureza” e “cultura”, o estabelecimento de uma política de valorização da dimensão cultural e imaterial dos patrimônios representou grande avanço para a valorização das paisagens como formas identitárias das sociedades ao redor do mundo. Poucos anos depois foi estabelecida uma nova categoria de bens “mistos”, que passaram a privilegiar a relação entre as duas dimensões dos patrimônios naturais.¹⁰

Somente na década de 1990, com o impulso às causas ambientais dado pela ECO-92, os recursos naturais ganharam o status de “patrimônio cultural” a partir dos resultados da Convenção do Patrimônio Mundial.¹¹ No documento de conclusão dos trabalhos a categoria de “paisagem cultural” foi oficializada pela UNESCO em 1992 como o conjunto dos

“[...]monumentos que representem as obras combinadas do homem e da natureza, que sejam ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo; que reflitam as técnicas viáveis de utilização da terra “tomando em consideração as características e limites do ambiente natural no qual estão inseridas, assim como uma relação espiritual específica com a natureza”; as que tiverem um valor universal excepcional e representatividade da região geocultural a que pertencem tendo em vista sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos dessa região; e que recubram grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural.”¹²

A recepção do conceito de Paisagem Cultural no Brasil ocorreu anos depois, já na década de 2000. A Carta de Bagé, resultado de um encontro realizado na cidade gaúcha em 2007, procurou estabelecer diretrizes que norteassem a utilização do conceito nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Seu artigo segundo estabelece:

“A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.”¹³

As paisagens culturais, seguindo esses pressupostos, se efetivam na confluência entre o natural e o cultural, a partir dos materiais dos quais os homens e mulheres se

¹⁰ COSTA; GASTAL, Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural, p. 7.

¹¹ MAGALHÃES, A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira e os Jardins Históricos, p. 3.

¹² UNESCO, Determinações, p. 3. APUD: CURY, Cartas Patrimoniais, p. 157.

¹³ IPHAN et. al., Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, p. 01-02

servem para a operacionalização de suas vidas mais imediatas e dos valores atribuídos ao meio natural pelos sujeitos históricos em face dos dilemas de seus presentes. Elas estão sempre associadas a formas de expressão, modos de fazer, práticas de lazer e celebrações que conferem dinamismo à vida social que transcorre em interação com os recursos naturais. Essa visão “patrimonial” das paisagens privilegia, enfim, o aspecto humano da experiência do mundo.

Ainda que os instrumentos de regulamentação da proteção às paisagens culturais ainda seja incipiente no Brasil, o estabelecimento da categoria pelo IPHAN, principal órgão de preservação cultural no país, fortalece o imperativo de salvaguarda dessas manifestações da cultura coletiva de diversas localidades ao longo do território. Algumas iniciativas podem ser observadas no sentido de aliar o reconhecimento de paisagens culturais à políticas de salvaguarda. Como forma de exemplificar a definição de paisagem cultural, podemos citar a Serra da Piedade (Figura 1), localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. A Serra da Piedade é considerada uma paisagem cultural brasileira, segundo o IPHAN, por se tratar de uma das mais belas paisagens montanhosas do país e pelos vários significados para os diversos grupos sociais que a procuram. Para Delphim, as montanhas da serra são objetos de profundos significados simbólicos, místicos, religiosos, arquetípicos, com referências aos deuses, em diversas culturas ao redor do mundo.¹⁴ No caso da Serra da Piedade, o local é buscado por religiosos de diversas crenças, com diferentes apropriações e práticas. Outros atores contribuem para a riqueza cultural atribuído à paisagem local, como amantes da natureza e praticantes de esportes radicais.



Fig. 01: Vista da Serra da Piedade, Minas Gerais. Fonte: Portal Blog Serra da Piedade. Disponível em: <http://www.joseisraelabrantes.com.br/pt/photography/list/?page=10>. Acesso em 07 de novembro de 2013.

Outro exemplo de paisagem cultural é o Corcovado (Figura 2), localizado no município do Rio de Janeiro/ RJ. Este recebeu o título pela a UNESCO, que o considerou uma beleza natural que vive em harmonia com o homem. Para Ribeiro (2007), o Corcovado se enquadra como símbolo possuidor de caráter de “paisagem monumento”, é um espaço natural que se conformou com a ambiência do assentamento urbano, de interesse social, histórico, artístico, literário, religioso e afetivo ou legendário, tornando-se assim uma paisagem cultural.



Fig. 02: Corcovado, Rio de Janeiro. Fonte: Portal do Corcovado. Disponível em: <http://www.corcovado.com.br/>. Acesso 09 de novembro de 2013.

Dessa forma, os aspectos relevantes para identificação e percepção da paisagem cultural na área em estudo são compostos por elementos naturais, artificiais e pelas relações que o ser humano mantém com tais elementos. O primeiro elemento (natural)

¹⁴ DELPHIM, Manual de intervenções em jardins históricos, p. 86.

apontado refere-se ao relevo, à forma do terreno (montanhas, vales, planícies, colinas), sua disposição e natureza (rochas e solos) e a hidrografia (lâminas d'águas, correnteza do rio, cachoeiras, praias). O segundo elemento natural é associado à vegetação, considerando as distintas formas de vida vegetal e suas características fisiográficas.

Apresentadas estas disposições teóricas que fundamentam nossa análise, passaremos à apresentação de dados referentes à região banhada pelo rio Teles Pires, no norte do estado do Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil.

II - O “Nortão” do Mato Grosso e o Rio Teles Pires

A região norte do estado do Mato Grosso, integrante da chamada “Amazônia Mato-Grossense”, foi povoada predominantemente por indígenas até a década de 1950, quando as primeiras políticas de ocupação sistemática do território brasileiro foram implementadas. Segundo Bacha e Prates¹⁵, até o final do século XIX, a Região Amazônica experimentou um relativo crescimento com as culturas do algodão, do arroz e do cacau. No entanto, esse crescimento não foi suficientemente vigoroso para promover uma fase sustentada de desenvolvimento. A questão da colonização das “selvas” e dos “sertões” se tornou um tema recorrente entre governantes, intelectuais e burocratas brasileiros desde o final do século XIX, adquirindo vulto nas décadas de 1930 e 1940, com a ação de órgãos criados no governo de Getúlio Vargas (1937-45), como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Nacional de Povoamento (DNP)¹⁶. Boa parte da literatura dedicada à análise dos problemas brasileiros nesse período tratou da temática do povoamento efetivo do território, seja com foco na “defesa e segurança nacionais” ou na exploração racional dos recursos naturais existentes no Brasil¹⁷.

A “Marcha para o Oeste” empreendida nas décadas de 1930 e 1940 foi responsável pela abertura de vias de entrada para o centro-oeste e o norte do país, com a fundação de cidades que se tornariam irradiadoras do povoamento da região. Goiânia, fundada em 1933, teve importância capital para a entrada no “Brasil Central”, tendo sido concebida como parte do plano que culminaria com os estudos para a implantação de Brasília em território goiano¹⁸.

A Constituição de 1946 estabeleceu as regras de execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A lei dava direito aos posseiros que já viviam ali, de permanecer em terras de até 25 hectares. Em 1953, Getúlio Vargas sancionou a lei nº 1806, que definia os objetivos principais do plano. Para a execução desse plano, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, com a tarefa de “proceder à seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, onde pudessem estabelecer-se polos de crescimento cujos efeitos se irradiassem por uma área maior.”¹⁹

A região central brasileira recebeu então fluxo considerável de pessoas que se ocuparam parte das terras existentes, o que tornou a região foco de tensões entre posseiros, indígenas e o Exército Brasileiro. Habitantes tradicionais da região amazônica, os índios mantiveram poucos contatos com os brancos até o período da expansão colonizadora no século XX. As regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil foram originalmente ocupadas por diferentes etnias indígenas, tais como: Baikairi, Aweti, Juruna, Kalapálo, Kamayurá, Kayabi, Kuikuru, Matupú, Nahukwa, Mehinaku, Suyá, Tapyuirá, Trumai, Txikão, Yawalaplti, Panará (Kreuakarore), Menkrangnoti, Xavante, Kayabi, Waurá e Kaiapó (Txukahamãe/ Mentuktire).

¹⁵BACHA; PRATES, O processo de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia, p. 605.

¹⁶FONSECA, Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930, p. 173-177.

¹⁷MURARI, Natureza e cultura no Brasil (1870-1922), p. 12.

¹⁸CASTIGLIONE, O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: O caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932), p. 204-223.

¹⁹FALCHETTI, Percepções sociais do desenvolvimento e impacto ambiental – Sinop/MT, 1979-2009, p. 52.

Na década de 1950 foi fundado o povoado de Porto dos Gaúchos, formado quase que exclusivamente por descendentes de alemães saídos do Rio Grande do Sul em direção às margens do Rio Arinos, no município de Diamantino. A nova cidade logo atraiu forasteiros vindos de todo o Rio Grande do Sul, o que logo acarretou a chegada de fluxos populacionais buscando novas oportunidades de vida. O acirramento dos ânimos com a questão agrária que se observou nas décadas seguintes tornou ainda mais urgente o plano de colonização do Centro-Oeste e Norte. Somente na década de 1970 medidas efetivas para a ocupação da região foram tomadas, já durante a Ditadura Civil Militar brasileira (1964-85).

Dentre as principais iniciativas referentes à região norte do estado do Mato Grosso é possível destacar a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém. As obras foram planejadas dentro do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Plano Nacional de Viação (PNV), responsáveis pelo transporte de famílias para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, bem como a abertura de estradas e campos cultiváveis para o estabelecimento de plantações. O Governo Militar criou os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II com o objetivo de estimular e ampliar o crescimento em áreas consideradas periféricas. A integração desses territórios teria importância estratégica, consolidando a defesa nacional em zonas mais próximas das fronteiras com os demais países sul-americanos. A presença de alguns núcleos colonizadores anteriores, como o já citado Porto dos Gaúchos e o Núcleo de Colonização Celeste - de Jorge Martins Phillip, com área inicial de 198 mil hectares-, facilitaria a tarefa governamental.²⁰

Para a concretização do processo de povoamento o governo militar recorreu a empresas colonizadoras privadas. Três foram as principais: Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP), Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional (COLÍDER – Também conhecida como “Colonizadora Líder”) e Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO). A elas coube a execução dos planos colonizadores denominados Gleba Celeste, Gleba Cafezal e Gleba Indeco, embriões dos municípios de Sinop, Colíder e Alta Floresta.

Sinop foi povoada por famílias provenientes do Rio Grande do Sul e do Paraná, região na qual Ênio Pipino (Presidente da SINOP) havia atuado como colonizador e fundador de cidades. Segundo dados oficiais, pelo menos 18 cidades teriam sido fundadas pelo empresário paulista no norte do Paraná. No ano de 1975 um grande número de migrantes chegou a Sinop, estabelecendo parte considerável do núcleo urbano. Os novos moradores eram atraídos pela promessa de uma nova vida no coração do Brasil, com terras em abundância e solo fértil para o plantio de café.²¹

A ocupação das terras nessa região ocorreu também a partir de projetos do Governo Federal na década de setenta. A ação da empresa Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional – COLÍDER, presidida pelo Sr. Raimundo Costa Filho, é tratada como iniciativa pioneira que resultou na instalação dos atuais municípios no norte do Mato Grosso. A região, próxima às obras de construção da BR-163, foi escolhida por Raimundo Costa Filho para a instalação de um novo núcleo de colonização, denominado Gleba Cafezal. Raimundo também possuía experiência colonizadora no Estado do Paraná, e em 1973 chegou a Mato Grosso e ocupou extensa área de terra, seguindo as trilhas abertas pelo Exército Brasileiro acompanhado de topógrafos e iniciando as medições. Em pouco tempo grande número de famílias provenientes do Paraná ocuparam a região²². A região fora ocupada até então pelos índios Kreen-Aka-Rore. O primeiro encontro com os brancos, em 1967, resultou num conflito violento. Com a construção da rodovia Cuiabá Santarém, o governo, através dos irmãos Villas-Bôas, transferiu os índios para uma reserva às margens da rodovia,

²⁰SELUCHINESK, De Heróis a vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia Mato-Grossense, p. 30-31.

²¹Idem, p. 40-42

²²OLIVEIRA, Quem foram eles, p. 22-23

criada justamente para este fim. Em um ano, a sua população passou de 300 para 150, devido à infecção com as “doenças dos brancos”. Em 1974, por sua vez, foram remanejados para o Parque Nacional do Xingu.²³

Nos primeiros tempos os costumes e as formas de socialização tinham como base os hábitos trazidos do sul do país e a vida religiosa. Os primeiros estabelecimentos a serem erigidos foram justamente uma igreja de madeira, uma venda e um barracão que seria utilizado como posto de saúde. A chegada das famílias, no entanto, tornou necessária a criação de outras formas de entretenimento. Ainda em 1974, com o núcleo populacional ainda em construção, foi criado o primeiro cinema de Sinop, que atraía a curiosidade dos moradores. O cotidiano, no entanto, era marcado pela estreita relação com a vida rural e a mata que cercava o povoado. Os moradores se reuniam nos finais de semana e dias livres para pescar e caçar às margens do rio Teles Pires, abundante em peixes como o tucunaré, pintado, matrinxã, trairão, pacu, piau e a piraiíba. Caçavam antas, pacas e porcos do mato. Também se reuniam para a prática de esportes, sendo o futebol o mais popular. A ocupação da região norte do Mato Grosso teve no rio Teles Pires o principal núcleo de difusão, visto que o mesmo poderia servir como fonte de recursos e via de transporte e locomoção em meio à vegetação fechada da transição para a floresta amazônica.

A região norte do Mato Grosso, início da Amazônia Legal, foi, portanto, colonizada, povoada e aberta à ação humana partir de Sinop e Colíder. A predominância da colonização gaúcha e paranaense não ofusca o afluxo de outros contingentes populacionais vindos do Nordeste e do próprio Centro-Oeste, principalmente oriundos das imediações de Brasília. Em meados da década de 1970 Sinop e Colíder foram elevados ao status de Distritos, subordinados ao município de Chapada dos Guimarães²⁴, sendo emancipados em 1979²⁵. Colíder passou a contar com os distritos de Colíder, Itaúba, Guarantã e Canaã²⁶. Sinop ganhou, na década de 1980, o Distrito de Cláudia.²⁷

Na década de 1980 a região foi marcada pelo alto índice de desmatamento da Floresta Amazônica. Dois foram os rumos tomados. Na região de Sinop a abertura da floresta deu origem a grandes plantações, com a formação de uma grande fronteira agrícola responsável pelo cultivo e comercialização de milho, soja, feijão e trigo. Diversas madeireiras também se instalaram na localidade, beneficiando-se da profusão de espécies vegetais e da inoperância do Estado na elaboração e cumprimento de legislação de proteção ao meio ambiente²⁸. Na região de Colíder a mata deu lugar a grandes campos de pasto, visto que as terras nesse lugar são impróprias a qualquer tipo de cultivo extensivo devido a seu alto grau de arenosidade.

As sedes de ambos os municípios apresentaram acentuado crescimento, sobretudo na década de 1990. Sinop atualmente é um importante polo econômico local, considerada a “Capital do Nortão”. Congrega grande número de estabelecimentos comerciais e agroindustriais, tendo sido dotada de diversos equipamentos urbanos, serviços educacionais, sanitários, templos religiosos e associações civis. Colíder também experimentou crescimento, ainda que em nível mais modesto. De toda forma, consiste hoje em uma cidade possuidora de economia aquecida e integrada à do norte mato-grossense. Dos dois municípios se originaram alguns dos atuais municípios da região, como Itaúba, Nova Canaã do Norte e Cláudia. Pode-se dizer que tais municípios foram frutos de um segundo ciclo colonizador na década de 1970. Segundo Rosane Duarte Rosa Seluchinsk, o cenário desolador encontrado pelos colonos que se dirigiram aos primeiros núcleos colonizadores levou o INCRA a alterar a estratégia de ocupação do território em questão para minorar os conflitos pela terra, que apresentavam uma escalada de violência.

²³SILVA, A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-85). I: A questão agrária no Rio Grande do Sul, p. 08.

²⁴MATO GROSSO, Lei Estadual nº 3746, de 18-06-1976.

²⁵MATO GROSSO, Lei Estadual nº 4158, de 18-12-1979.

²⁶MATO GROSSO, Leis Estaduais nº 4378, de 16-11-1981 e 4396, de 23-11-1981.

²⁷MATO GROSSO, Lei Estadual nº 5319, de 04-07-1988.

²⁸FALCHETTI, Percepções sociais do desenvolvimento..., p. 136-145

A breve recuperação da trajetória de ocupação e estabelecimento das primeiras cidades no norte do Mato Grosso coloca em relevo o papel dos recursos naturais em um cenário em que tudo estava por fazer, dado o caráter “pioneiro” da iniciativa de migração para o centro do Brasil. Os colonos envolvidos na abertura da mata para o estabelecimento das primeiras povoações tiveram que se valer das características do ambiente local para sobreviverem às dificuldades. O rio Teles Pires foi, nesse sentido, um importante fornecedor de recursos e uma eficiente via de transporte para os novos habitantes da região. Com o estabelecimento das primeiras cidades, como Sinop e Colíder, o rio se estabeleceu como marco natural de importância fundamental. Em primeiro lugar, o rio servia como espécie de marco espacial a partir do qual a ocupação do solo se realizou. Além disso, as imediações do rio passaram a ser local de morada de muitos colonos dedicados ao trabalho nas fazendas. Alguns deles, inclusive, passaram a se dedicar exclusivamente à pesca, fazendo da atividade sua principal fonte de renda. Com as discussões envolvendo a implantação da UHE Colíder, dentre outras usinas, na região norte do Mato Grosso, as características do rio Teles Pires e a análise de sua importância para o ecossistema e a paisagem cultural local ganharam evidência.

A bacia do rio Teles Pires, integrante do Sistema do Amazonas, é uma importante fonte de água e recursos para 20% dos municípios que compõem o estado do Mato Grosso, um dos estados mais ricos em recursos hídricos do país. Nesse território nascem importantes afluentes da Bacia Amazônica, do Araguaia e Platina. É uma das principais contribuintes do rio Tapajós, com área total de 145.600 Km², perímetro de 2.820 km e comprimento do rio principal igual a 1.380 Km (SEPLAN, 2004).²⁹ Está localizada entre os paralelos 7° 18” e 14° 42” S e meridianos 53° 58” e 57° 47” W.

O Rio Teles Pires possui nascentes no Planalto Central, na Chapada dos Parecis e no Planalto dos Guimarães, no município de Paranatinga-MT. Sua denominação homenageia Antônio Lourenço Teles Pires, capitão do Exército escalado para explorar o rio São Manoel, então ainda chamado pelo nome indígena de Paranatinga. O fracasso de Antônio Lourenço e seu falecimento, em 2 de maio de 1890, devido ao naufrágio da embarcação na qual o mesmo navegava pelo rio, foi a principal motivação da mudança da nomenclatura do rio.³⁰

Na região próxima ao município de Sinop observa-se relevo menos acentuado e mais plano, com extensas faixas de transição entre a Floresta Estacional e as Savanas. Por esses motivos a população, em busca de condições ideais para o cultivo agrícola, obteve nessa região melhor resultado nas colheitas, fazendo do agronegócio a mola propulsora do desenvolvimento local.

Já na região de Colíder, Itaúba e Nova Canaã a paisagem é bastante diversificada, com predomínio de trechos planos e colinas, que compõem amplas áreas deprimidas, interpenetrando planaltos e serras. Essa diversidade do relevo condicionou uma grande variedade de solos, predominando os Argissolos (Embrapa, 2004), com aptidão agrícola regular a boa para lavoura automatizada. Não obstante a existência dessa aptidão agrícola, percebe-se o predomínio de pastagens abrigando um expressivo rebanho bovino. A cobertura vegetal é composta por áreas de domínio do Cerrado, Floresta Amazônica e de tensão ecológicas (transição entre os biomas), já bastante alterados pelo extrativismo madeireiro.

As margens do rio Teles Pires, nos municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte, são ocupadas por grandes propriedades voltadas para o agronegócio. Os moradores locais trabalham nas grandes fazendas, ora como empregados formalizados, ora em regime de “empreita”³¹, e buscam fontes alternativas de renda nas pequenas hortas, plantações e, sobretudo, no próprio rio Teles Pires.

²⁹ SEPLAN/MT, Anuário Estatístico 2004, p. 12.

³⁰ COSTA, Percepção ambiental dos pescadores do rio Teles Pires em Alta Floresta – MT: um diálogo com a educação ambiental, p. 41-2.

³¹ Relação de trabalho caracterizada pela contratação de mão de obra para trabalhos específicos e de duração preestabelecida, sem a constituição de vínculo empregatício.



Figura 03: Leito e margens do rio Teles Pires, a partir de embarcação pesqueira utilizada pelos ribeirinhos locais. Foto: Temporis Consultoria, maio de 2013.

Nos últimos 15 anos foi possível observar algumas alterações ambientais na região dos municípios de Sinop e Colíder, em sua maioria decorrentes da supressão da cobertura vegetal, do uso de agrotóxicos, da perda das superfícies do solo e da contaminação do solo e da água. No “Nortão” do Mato Grosso houve e ainda há eliminação da cobertura vegetal original, decorrente do desenvolvimento da agricultura altamente mecanizada. De acordo com o IBAMA, entre os anos de 1997 e 2007 cerca de 34,4% da cobertura vegetal da região de Sinop foi eliminada com a ampliação em cerca de 70% das áreas antropizadas. Na região de Colíder, onde se verificou extraordinário incremento das áreas de pastagens e do rebanho bovino, a eliminação da cobertura vegetal original foi da ordem de 20%.³²

A região norte do Mato Grosso, cuja ocupação recente remonta à busca de novos territórios a partir de políticas de “colonização”, tem sua história ligada à exploração dos recursos naturais para a produção de riqueza. Essa exploração, no entanto, apresenta, nos dias atuais, desafios à perpetuação dos benefícios trazidos pela natureza à vida dos habitantes. Se, por um lado, é possível falar em consolidação dos núcleos urbanos, desenvolvimento das políticas de saneamento, transporte e educação, se constata que a supressão de vastas regiões de antigas florestas acarretou em modificações nas características climáticas e do solo. O panorama identificado ganha contornos mais críticos com as intervenções no curso do rio Teles Pires, modificando as práticas produtivas associadas à pesca.

Na próxima seção analisaremos a percepção de alguns dos moradores das margens do rio Teles Pires a respeito de suas vidas, das características da paisagem cultural local e sobre o processo de instalação de usinas hidrelétricas na região norte do Mato Grosso. Procuraremos, com isso, identificar as diversas apropriações da paisagem cultural por parte dos agentes sociais locais e, também, evidenciar suas demandas no que se refere à instalação da UHE Colíder.

III – Ribeirinhos retirantes:

Os pescadores do Teles Pires no norte do Mato Grosso

Nesta terceira seção dedicaremos nossa atenção à análise de alguns depoimentos de pescadores do rio Teles Pires registrados entre 2012 e 2014 contendo suas percepções sobre a região, a vida às margens do rio e as modificações observadas desde o início das obras da UHE Colíder. O recurso aos depoimentos dos agentes sociais tem aqui grande importância quando associadas ao conceito de paisagem cultural. Se as

³²CAMARGO, Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica, p. 36

paisagens culturais são compostas pelas apropriações simbólicas a respeito dos ambientes habitados pelas comunidades, os depoimentos nos permitem adentrar o universo local de símbolos e interpretações sobre os processos históricos vivenciados pela população local.

O recurso à História Oral permite analisar nuances das interações humanas e das apropriações da natureza que a história social mais afeita às visões panorâmicas deixam, por vezes escapar. Os testemunhos individuais informam sobre como mitos agentes, por vezes esquecidos diante das grandes narrativas históricas, articulam as informações obtidas e formulam suas posições diante dos dilemas que lhes são mais imediatos. Ao operar na interseção entre história e memória, a análise de depoimentos possibilita ao historiador a recuperação de um universo compartilhado de imagens, símbolos e práticas que formam as culturas locais ou, como defendemos, as paisagens culturais. Segundo Marieta Morais Ferreira, ao privilegiar tal contato, a História Oral

“[...] rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente.”³³

É justamente no intuito de recuperar as construções identitárias que agregam passado, presente e (projeto de) futuro que recorreremos às entrevistas com os pescadores das margens do rio Teles Pires. Esses pescadores, ao contarem as histórias de suas vidas, conferem significado aos seus companheiros e ao meio que os cerca, o que possibilita ao estudioso identificar pontos comuns da identidade cultural local, bem como suas múltiplas e imprevisíveis reapropriações possíveis.

Para articular a exposição dos dados obtidos nos depoimentos trabalharemos aqui com os conceitos de “saberes”, tal como regulamentado pelo IPHAN, e de “pescadores artesanais”, segundo conceituação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Buscaremos aproximações e distanciamentos que permitam melhor analisar a relação desses homens com o meio ambiente que os cerca. Segundo estabelecido pelo IPHAN, os saberes são constituídos pelos

Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente.³⁴ (IPHAN, 2000: 31)

Já a conceituação de “pescadores artesanais”, tal como definida pelo MDS, aponta para os grupamentos familiares em que a principal atividade econômica é a pesca artesanal, realizada por meio de conhecimento tradicional, repassado entre familiares, e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Segundo o Ministério do desenvolvimento Social, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura define que o pescador artesanal é

[...] aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte.³⁵

³³ FERREIRA, História oral: um inventário das diferenças, p. 8.

³⁴ IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação, p. 31.

³⁵ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Guia de Cadastro de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, p. 06.

Ao tomarmos como base essa dupla conceituação pretendemos afirmar tanto o caráter “oficial” de uma profissão como o autorreconhecimento dos agentes como integrantes de um grupo social específico, dotado de práticas, técnicas, conhecimentos comuns, bem como de uma forma específica de interação com o meio que os cerca. Veremos que, em muitos pontos, as formas de autoidentificação esbarram nessas duas imagens sobre a própria atividade.

O objetivo da exposição dos depoimentos é defender a hipótese de que os pescadores das margens do Rio Teles Pires, na região norte do Mato Grosso, possuem um “saber local” determinado pela estreita ligação com a natureza, o trânsito no curso do rio Teles Pires e as atividades relacionadas à pesca. Os entrevistados, moradores antigos das margens do rio Teles Pires, são os Srs.: Manoel Alves de Sousa Saraiva, conhecido na região como “Seu Lobinho”; Natalio Aparecido de Sousa Pinto, conhecido como “Seu Neno”, pescador residente em uma das ilhas no curso do rio Teles Pires; e Alaéce de Sá, caseiro da propriedade do Sr. Wilson Rosseto, morador da zona rural de Colíder. Analisaremos também um registro sonoro colhido por técnicos da COPEL com o Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva.

Os entrevistados possuem histórias de vida semelhantes, ligadas à mobilidade em busca da terra, ao fracasso nas iniciativas de trabalho e à busca pelas atividades no rio para a subsistência. Tais experiências têm grande influência nas suas formas de socialização e sobrevivência, conferindo características peculiares ao modo de vida local. Consideramos que essa relação é parte importante na formatação de um “saber local: formas de vida e expressão que remetem a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração à geração”. (CUNHA, 1999). Ao mesmo tempo, a percepção de mudanças no ambiente que os cerca é aspecto importante para o entendimento das formas que esses homens encontram para sobreviverem às mudanças ocorridas na região.

Natalio Aparecido de Sousa Pinto, atualmente com 63 anos de idade, mora em uma das ilhas existentes no curso do rio Teles Pires, próxima à comunidade da Fofoca. Seu Neno, como é conhecido, foi criado no estado do Paraná. Ele relatou ser natural de Arapongas, no estado de São Paulo, tendo se mudado para o Mato Grosso com a família devido aos problemas causados pelo clima na região da divisa entre Paraná e São Paulo. Dois anos de colheitas perdidas - o primeiro devido a fortes chuvas de granizo na época da colheita, que diminuíram a produção de 2000 para 400 sacos e o segundo marcado por uma intoxicação por pragas na lavoura de algodão, levaram à falência sua família, determinando a venda das terras e a migração para o Mato Grosso:

“Viemos fazendo forma de café, meus pais. Ficavam mais ou menos 4 anos em cada lugar. Pegamos em Arapongas uma, outra em Itacarambi, aí viemos Vaiporã, São João do Ivaí, aí eu já me casei logo antes. Lá eu construí minha família. Eu tenho 5 filhos, todos nascidos lá. Dali tivemos o problema de saúde por causa do veneno, tivemos que vender o sítio e vir pra cá. Eu vim aqui pra pescar. Passei em Cuiabá, fiz a carteira e vim pra cá. E daí pra cá eu ainda formei uma lavoura de café, pra depois entrar na pesca. Em 85 eu entrei na pesca definitivo. Nós plantamos café ali perto de Colíder, mas durou só 6 anos, o café aqui não dá não. A gente abandonou quando percebeu que não estava mais vingando.”³⁶

A família do Sr. Natalio se ocupou de diversas atividades produtivas ao chegar no Mato Grosso. Plantavam, pescavam, trabalhavam para fazendeiros maiores para obter renda que pagasse as dívidas acumuladas na empreitada. Segundo seu depoimento, as

³⁶Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

condições encontradas na região dificultavam seriamente o sucesso das iniciativas, pois a terra não era fértil o suficiente para render boas colheitas. Determinadas lavouras não vingavam no terreno, levando a uma mudança constante nas culturas. Pequenos produtores como o Sr. Natalio buscaram a garantia da pesca e venda dos peixes para o mercado local de moradores dos municípios do Nortão do Mato Grosso, especificamente Colíder, Nova Canaã do Norte e Itaúba:

“Aqui, se não tiver adubo bom pra colher, não colhe bem e não vale a pena. Quando eu vim, eu vim pra pescar e também pra ter a lavoura. Mas chegou uma época que a gente colhia e deixava armazenada pra vender, não tinha comprador, perdia a produção, demorava mais de um ano para receber. O transporte sempre foi um problema, o produto não chegava em Cuiabá. Já a pesca sempre garantiu uma renda, pegava e vendia na hora, dava para manter a família. Eu mantive minha família assim, saí da roça, fazia pescaria e lavoura. Eu entrei nesses matos por aí fazendo de tudo, abrindo poço, fazendo casa, trabalhando de tudo pra manter a família.”³⁷

Após a experiência mal sucedida do plantio de café o Sr. Natalio buscou a atividade pesqueira como forma de vida. No início da década de 1980 ele saiu, auxiliado por irmão, em busca de um local de pesca vantajoso nas margens do rio Teles Pires. A dupla rumou em direção da então chamada Gleba Nova Era, da qual se originou o município de Nova Canaã do Norte.

“Ali onde tem a ponte nova em Nova Canaã eu já entrava pra pescar em 1983, a gente saiu de Colíder, abrimos uma estrada pra poder ir pescar lá. Aí descemo o rio pra baixo 60 Km, comprei uma ilha de um camarada de Colíder, um lugar pra nós pescarmos. Pescamos lá uns 3 anos aí um cara comprou a fazenda e meteu fogo na minha casa. Nós fomos na polícia, o cara pagou a ilha pra nós e nós fomos pra outra, lá na boca do Parado, lá pra baixo da outra ponte. Aí em 85 já fizeram aquela estrada, fizeram aquela BR. Aí meu irmão ficou lá, desde 85, eu ajudei ele lá até 1990, e depois eu decidi sair de lá e abrir a terra aqui. Aí eu passei a pescar aqui. Pra fazer a estrada eu tive que vender a caminhonete que eu tinha. Tive que fazer isso aqui tudo de bicicleta por oito anos. Só depois que eu consegui pegar um financiamento e entrar num consórcio de uma moto que as coisas começaram a mudar, aí a gente produzia. E com o dinheiro que entrou deu pra eu construir aquela casinha lá de baixo, comprar motor de luz, de água, um barco de assistência. Tudo isso eu tive que vender nos últimos anos, se eu não mudar, eu não vou conseguir continuar.”³⁸

O Sr. Natalio é um dos pescadores mais antigos das margens do rio Teles Pires. Em seu depoimento foi possível perceber o conhecimento dos ciclos do rio, com as melhores épocas para a pesca legal, os locais de desova, os períodos de escassez e as mudanças percebidas nas características das águas e na abundância de peixes. Transparece um grande senso de integração e responsabilidade para com os recursos que o cercam. A constatação das modificações nos ciclos naturais o levou a tomar atitudes no sentido de garantir a perpetuação da paisagem cultural característica de sua experiência nas margens do rio Teles Pires:

³⁷Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

³⁸Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

“A cheia aqui é em janeiro e fevereiro. Mês de março pra frente já começa a baixar. Mês de fevereiro é difícil de colher aqui. O que eu faço todos os anos é colher os peixes do mato, que vão morrer. Todos os anos eu colho, às vezes eu perco até um mês de serviço, porque dá muita desova de pintado que fica naquelas poças, aí eu pego tudo lá e transporto. Depois que alaga e o nível do rio baixa, fica um lugar que os peixes acumulam, aí eu vou pegando os que já estão mais crescidos e levo para o rio, para eles não morrerem. Todos os anos eu faço isso aí. O peixe que eu solto no rio eu pago os peixes que eu pesco. Se eu não for lá pra transportar o tuiú vai lá e come tudo. A gente tem que fazer isso pra no dia de amanhã ter peixe também. Tem que pensar no dia de amanhã. Hoje tá tendo, amanhã tem que ter também.”³⁹

O Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, conhecido na região como “Seu Lobinho”, pescador e lavrador responsável pelo segundo depoimento registrado, tem setenta anos de idade e reside na região conhecida como “Fofoca”, na zona rural de Colíder, desde 2001. Apesar de sua chegada tardia ao município de Colíder, Manoel circulou intensamente pelos núcleos populacionais do norte do Mato Grosso a partir de meados da década de 1970, atraído pelas oportunidades de riqueza na zona pouco explorada do país. Atualmente trabalha como caseiro e não é proprietário da terra onde vive. Segundo o mesmo, sua função é tomar conta da região, que antigamente foi utilizada como pesqueiros.

Nascido em Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo, Manoel Alves partiu de seu estado natal aos 18 anos rumo ao sul do Mato Grosso, onde trabalhou por 5 anos. O insucesso na primeira experiência o levou ao Paraná, na região de Querência do Norte, onde se casou. Após o matrimônio foi para Paranavaí, partindo para o norte do Mato Grosso em 1975. Ele relata que quando chegou no Nortão não havia nada, a única cidade existente era Itaúba:

Ajudei a abrir a cidade de Sinop e na maioria do tempo eu passava trabalhando nas fazendas. No tempo que eu cheguei aqui o negócio era só abrir fazenda, naquele tempo se falava gleba. Naquele tempo não tinha dono, né? O dono era quem tinha o dinheiro, né? Aí quando eu cheguei aqui eu batalhei muito, sempre trabalhando, trabalhando, pra ver se eu conseguia um pedaço de terra.⁴⁰

As condições de trabalho eram precárias, e os sacrifícios eram muitos para conseguir tocar a vida na mata. Os trabalhos ocupavam longos períodos de tempo, e as relações trabalhistas eram precárias. O Sr. Manoel relata ter passado por diversos problemas para receber os valores acordados com os antigos patrões. Como os tratos eram na maioria das vezes verbais, inexistindo documento oficializando a relação de trabalho, as negociações para o pagamento eram sempre marcadas por discordâncias:

“A primeira vez que eu vim do Paraná, na década de 70, veio uma turma de peãozada. Tinha um fazendeiro compadre meu que tinha uma área de mais ou menos 300 alqueires pra lá de Vera 22 km então e ele empreitou de 10 peões derrubar 300 alqueires. Essa foi a empreita mais pesada que eu já vi, roçar 100 alqueires no machadão bruto... não tinha motosserra. Eu demorei 6 meses pra fazer isso. Quando chegamos aqui a turma fez o trato com o chefe e na hora H ele não queria cumprir. Eu fui e conversei diretamente com o proprietário da fazenda, que falou que era pra me pagar direito porque eu era um cara de confiança em Paranavaí.”⁴¹

³⁹ Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

⁴⁰ Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

⁴¹ Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

Assim como Natalio Aparecido, Manoel Alves se deparou com insucessos em sua iniciativa. Os sucessivos fracassos nos trabalhos de derrubadas e roçados o fizeram procurar uma nova atividade. As notícias a respeito do garimpo o levaram a Peixoto de Azevedo, onde trabalhou na extração de ouro. O curto período foi, no entanto, marcado por uma vida de excessos e privações no meio da mata:

“Trabalhei no garimpo de Peixoto de Azevedo no ano de 80. Lá eu trabalhei pouco, não cheguei a ficar 6 meses, tive que sair por causa da malária. Tive uma malária que eu quase morri. Tudo que eu peguei de ouro eu gastei pra tratar a malária. Nesse tempo o dinheiro não valia nada, e a gente não tinha a tranquilidade de ter saúde igual a gente tem hoje em dia. Se não tivesse dinheiro ou um patrão que garantisse, morria mesmo. Lá tinha ouro. A gente trabalhava em 4, manual, não tinha condições de comprar uma draga, então a gente trabalhava manual. Toda semana a gente tirava 400 gramas de ouro, mas aquele ouro pra nós quase não valia nada, porque o ouro que a gente fazia em uma semana a gente acabava com ele numa noite. A gente ia lá pra maloca do Peixoto, quando era na segunda feira pra vim embora não tinha dinheiro nem pra fazer o rancho, tinha que comprar fiado na cantina pra pagar com ouro depois. Porque garimpeiro... você nunca vê um garimpeiro rico, garimpeiro é tudo pobre. Acaba com a grana mesmo, porque na outra semana tinha mais.”⁴²

Manoel Alves de Sousa Saraiva relatou ter experimentado, durante sua estadia no garimpo, um estilo de vida completamente contrário ao que ele vinha adotando nas fazendas, com pouco foco na aquisição de terras. Ele alegou que no período não via chances de competir com os grandes fazendeiros que formavam suas fazendas. No garimpo, a riqueza fácil causou deslumbramento no lavrador, que passou a, nas próprias palavras, “viver um dia de cada vez”. Ele teve sua atividade no garimpo interrompida pela malária, doença presente no imaginário e nos relatos de todos os entrevistados. A doença o colocou em uma situação delicada, e a qual quase não sobreviveu:

“Mas aí eu peguei essa tal de malária... foi uma malária louca! Eu peguei um ônibus no Peixoto pra Itaúba ou Vera, não lembro, e foi dormindo. Eu durmi sãozinho e acordei com malária. Eu falei com meus companheiros que eu não tava bem pra entrar nessas picadas, que eu devia estar doente, mas eles não acreditaram, falaram que eu não dava conta. Eu acabei indo e pronto, me perdi no mato. Eu perdi as vistas, fiquei cego, não tinha jeito. A turma do posto da turma da polícia e eles é que davam socorro. Quando foi a tarde um colega meu foi na cantina e procurou se eu tinha embarcado e falaram que não. Aí ele avisou pro pessoal do posto que eu tinha perdido. Passei 3 dias no mato, cego. Acho que a onça ficou até com nojo de mim...porque o que tinha de onça naquele tempo não era fácil não. Eu fiquei perdidinho, cego, cego mesmo. A polícia me pegou eu não tava vendo nada, atravessando a estrada de terra às 2 horas da manhã, foi Deus mesmo que me salvou. Eu não sabia nem o que eu tava fazendo, os policiais falaram que quando eles me encontraram eu comecei a gritar e saí correndo. Eles só me pegaram porque como eu não tava vendo nada, eu bati a cabeça num pau e caí no chão de costas.

⁴²Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

Eu fiquei 16 dias internado, quando foi no quarto dia um conhecido meu aqui em Itaúba veio me visitar e avisou meus sócios no garimpo. Eles vieram e falaram com o doutor que era pra tratar de mim porque eu era sócio deles e deixaram 400g de ouro pra garantir meu tratamento. Quando foi no final eles vieram pra me buscar e o doutor falou que eu não podia mais voltar praquele lugar porque se eu pegasse outra malária daquela eu morreria. Depois disso eu nunca mais voltei lá, falei com meus sócios que não dava e eles me deram 600 g de ouro pra eu refazer minha vida em outro lugar. Eu nunca mais passei nem perto de lá, foi a única vez que eu trabalhei com garimpo.”⁴³

A doença levou o Sr. Manoel para longe dos garimpos, e ele voltou à rotina de serviços prestados nas derrubadas ou construções de cercas e casas. Em seu relato ele afirmou foram tantas as fazendas que ele ajudou a abrir que não consegue mais se lembrar de todas. Revelou já ter trabalhado na Fazenda Tratex, uma das maiores da região, também para fazendeiros gaúchos e mineiros nas décadas de 1980 e 1990. Os trabalhos na mata, no entanto, ocorriam em períodos específicos, delimitados pela ocorrência das chuvas. Nas épocas em que não obtinha trabalho nas fazendas, ele permanecia próximo ao rio, para tentar ganhar seu sustento com a pesca:

Com o rio, ah rapaz, já tá com uns 18 anos, só aqui só como pescador. Quando eu vim pra cá em 2001 eu já era pescador, eu já sou pescador do Teles Pires há muitos anos, porque quando chega a época do serviço braçal, que tinha roçada de pasto, de mato, derrubada, aí eu largava a pescaria, que os outros trabalhos davam mais que a pescaria. Aí quando terminava esse serviço, que acontece mais na época da seca, antigamente queimava, hoje em dia que não queima, então quando chegava o mês de agosto todo mundo saía fora da derrubada. E eu já era pescador mesmo, eu vinha pra beira do Rio. Eu chegava, acampava, fazia um barquinho e ali eu ficava, até chegar o tempo de entrar pro mato. Aí depois que eu peguei essa idade de 60 anos, que não me aceitavam mais nos trabalhos braçais, então eu falei que minha vida tinha que ser na beira do rio pescando mesmo. Porque eu não tenho parentes, dos lados de São Paulo pra cá eu tenho só uns dois filhos, que eu não vejo já tem 23 anos, deixei tudo miudinho desde que eu desquitei da minha mulher no ano de 74. Um chama José Aparecido Alves de Sousa Saraiva e o outro Fábio Marcelo Alves de Sousa Saraiva. Eu só voltei lá uma vez pra poder buscar eles, mas eles estavam todos pequenos. O avô deles tinha morrido, e a minha sogra não quis me entregar os filhos.⁴⁴

A ligação com o rio acabou se tornando forma de sobrevivência para Seu Lobinho, que desempenha a pesca como atividade produtiva até os dias atuais. No trecho da entrevista reproduzido acima é possível perceber que a prática pesqueira envolve diversos saberes associados, como a construção de barcos e a confecção de instrumentos, o preparo e guarda de alimentos, entre outros. A multiplicidade de conhecimentos associados à prática dos pescadores também se liga à dificuldade de obtenção de suprimentos, visto que os principais centros urbanos estão a quilômetros de distância. A necessidade de sobreviver com o que está disponível faz desses agentes sociais exímios conhecedores das possibilidades de exploração do meio, sem que isso redunde em ameaça a sua perpetuação.

⁴³Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

⁴⁴Idem.

No depoimento concedido por Manoel Alves também foi possível perceber que determinadas práticas não são bem-vistas pelos pescadores artesanais, como a utilização de rede ou de cevas, locais onde são jogados grãos como milho e soja para a atração dos peixes. Prevalece uma ética do trabalho ligado à natureza entre os pescadores das margens do Teles Pires, de forma que os métodos de pesca considerados cruéis ou desleais são duramente criticados, gerando, por vezes, discussões mais acaloradas. O exercício da pesca, na opinião dos entrevistados, deve privilegiar a coexistência entre os pescadores – e a possibilidade de produção para todos – e entre eles e a natureza que os cerca e fornece seus sustentos.

Os pescadores da região pescam sempre embarcados, utilizando-se de varas, anzóis e iscas, geralmente naturais. Evitam locais muito visados, preferindo percorrer maiores distâncias no curso do rio Teles Pires para realizar a pesca com maior tranquilidade. Em determinado trecho de sua entrevista, Manoel Alves relata ter chegado ao local onde construiu seu pequeno rancho ao buscar se distanciar de grandes aglomerações de pescadores:

“O povo todo tinha tralha por aqui, era muito difícil pegar peixe aqui e ficar discutindo com esse pessoal não é fácil, é perigoso, esse povo é muito encrenqueiro. Eu peguei um barquinho que eu tinha e coloquei uma rede, taquei uma lona preta que eu tinha e subi aqui pra cima. Fiquei três dias por aí caçando lugar pra poder encostar. Com três dias eu encontrei aquele pedacinho ali que eu pesco e acampeei por lá. Fiquei de baixo desses plásticos de engenharia, levei uma chapa e quatro tijolos e passei a fazer minha comida e ficar por lá. Na outra vez que eu fui eu rocei com o dinheiro dos peixes que eu vendi e aos poucos eu montei o meu acampamento.”⁴⁵

Manoel Alves reside na comunidade de nome Fofoca desde o ano de 2001. Ele relatou ter deixado a pequena ilha no leito do rio Teles Pires devido à dificuldade de manter o terreno sem a ajuda de auxiliares e à diminuição da produção pesqueira no rio. Desde então, sua função passou a ser a realização de manutenções nas instalações do antigo pesqueiro existente às margens do Teles Pires.

O terceiro entrevistado, Alaíce de Sá, pescador residente na zona rural de Colíder, às margens do rio Teles Pires, também relatou seu itinerário até chegar a Colíder e se estabelecer, assim como os senhores Natalio e Manoel, na profissão de pescador. Alaíce apresentou as principais motivações de sua migração:

“Pra Colíder eu vim em 79, mas em Alta Floresta eu cheguei em 76. Eu vim de Terra Roxa, Paraná. Eu vim, como diz o outro, eu vim pelo vento. Teve um tempo que eu saí de casa, eu estava com uns 16 ou 17 anos, e vim pra cá, vim pra viver a vida. Lá era uma fofoca danada sobre aqui, era muita gente vindo pra cá. Colíder, Nova Canaã e Alta Floresta muita gente vai falar que é de Terra Rocha ou Guaíra. Naquela época havia uma fofoca de café, e muita gente veio pra cá pra plantar café e muitos ficaram pobres por causa do café, pois dava três ou quatro anos e o café começava a cinturar, aqui não tem fundamento a planta, a raiz é rasa e o café precisa afundar pra buscar a água. [...] Vinham famílias completas. Quando eu vim a família vendeu as terras e veio, eu vim junto. Aqui é geral, é misto, tem muita gente do Nordeste, de Minas.[...]no tempo era novo, né? Aí eu saí da casa dos meus pais. Aí

⁴⁵Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

eu vim morar com o pessoal na fazenda lá em Alta Floresta, né? Aí depois eu vim pra cá, casei... É a sobrevivência, né? [...]É... porque na cidade pra mim não dá. Nós não “tem” estudo. Não tem profissão. A profissão que eu tenho é a minha de pescador.”⁴⁶

Entre sua chegada à região de Colíder e o estabelecimento como pescador se passaram longos anos dedicados ao trabalho nas lavouras e ao beneficiamento da produção na sede do município de Colíder. O trabalho duro durante um longo período teve impactos na sua saúde e ele escolheu uma vida mais próxima da natureza para se reestabelecer. Foi ao se mudar novamente para a “roça” que ele passou a exercer a atividade pesqueira com fins comerciais ou, como ele afirma, “de carteirinha e tudo”. Sua atividade profissional foi resultado de suas vivências e das limitações impostas pelo trabalho durante vários anos, conforme relatou em depoimento:

“De uns tempos para cá virei profissional de pesca, depois que morei aqui em *Colida*”. Aí, [lá de coisa], mexi no sítio, na roça, né? Alta Floresta, Nova Canaã, até um certo tempo aqui em *Colida*. Aí, depois que eu vim aqui para cidade. Aí, passei a “machucar da coluna”, não pude pegar peso mais... aí, arrumei a [coisa] de pescador e passei a viver na beira do Rio. Eu sempre pesquei, mas agora minha profissão é pescar. Aqui pesca com tudo que tem direito, a corda com anzol de galho, molinete, mas a única coisa que eu não coloco dentro da água é rede, eu não gosto de matar peixe asfíxiado. Eu pesco pra vender mesmo, vendo em Colíder mesmo.”⁴⁷

Este trecho comporta algumas considerações. Em primeiro lugar, salta aos olhos a existência, assim como no caso do Sr. Manoel Alves, de um “código de ética” entre os pescadores que classifica as condutas a partir de pressupostos morais associados à vida em interação com a natureza. Também é interessante observar que, se por um lado Alaéce Inocêncio associou sua atividade pesqueira a uma identidade profissional, ao desenvolver sua narrativa ele constantemente se referiu à necessidade de se manter em movimento às margens do rio Teles Pires. Ele enfatizou o receio que possui de se estabelecer em um núcleo urbano de maiores proporções e perder a mobilidade característica do trabalho no rio. Se a imagem que Alaéce faz de si como pescador se associa ao exercício de uma profissão, tal prática traria consigo uma série de valores associados às experiências que ele julga melhores para si:

“Eu estou aqui nessa área tem uns 5 anos, mas eu já estou há uns 10 anos beirando o rio por aí. Eu fiquei em Alta Floresta, Nova Canaã...Eu não gosto de ficar muito parado não, criar raízes...aí depois não pega boi... (risos).”⁴⁸

Muitos dos moradores das comunidades e fazendas visitadas possuem essa experiência comum da itinerância, tendo residido em diversos locais ao longo da vida, seja no meio urbano ou rural. Geralmente a itinerância está ligada a características das atividades produtivas, como a pesca ou o trabalho como encarregados temporários em fazendas. Assim como os Srs. Natalio e Manoel Alves, Alaéce relatou perceber grandes modificações na quantidade de peixes no rio Teles Pires. Sua opinião é de que uma grande conjunção de fatores provocou a fuga ou a morte dos peixes que antes abundavam no local:

⁴⁶Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

⁴⁷ Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

⁴⁸ Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

Aqui tá faltando peixe! De primeira não, mas agora está. A única suspeita minha a turma dá risada, acha que é doidera. Eu acho que tudo foi depois daquele redemoinho que rolou lá no Japão, depois daquele que tudo mudou, vem caindo, ano por ano. Você não precisava correr muito pra pegar peixe, aí foi caindo. Olha, de ontem pra hoje eu armei quase cem anzóis. Eu peguei dois peixinhos! Uma corvina e um matrinxãozinho, a mulher falou “vamo pescar mais que o menino [o filho de Alaéce] vem no final de semana e ele gosta de comer peixe, e tem só um matrinxãozinho...Um matrinxã de quarenta centímetros eu considero pequena... ela chega a cinco quilos, então pra mim é pequena. Aqui tem peixe de duzentos quilos! A piraíba mesmo...Mas o Teles Pires de peixe acabou. O pessoal da pesca morre de fome. Eu tive que pegar serviço, o senhor que mora na ilha ali no rio, Seu Neno deu sorte que aposentou.”⁴⁹

Interessante observar que em seu depoimento o Sr. Alaéce relaciona fenômenos locais de mudanças ambientais a catástrofes naturais de nível mundial, tal qual o Tsunami ocorrido no Japão. Essa fala explicita a integração entre dimensões *micro* e *macro* e uma noção de sincronia entre os diferentes fenômenos naturais ao redor do mundo. Trata-se, obviamente, de uma visão peculiar das mudanças na paisagem cultural local, e por isso mesmo dá a entender a diversidades de apropriações das mudanças trazidas pela instalação da UHE Colíder.

O Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva também apresentou, em seu depoimento, apreensão quanto ao futuro dos moradores das margens do rio Teles Pires. A instalação da UHE Colíder, nesse sentido, somente agravou o cenário já difícil das mudanças na disponibilidade de peixes e de supressão da vegetação das áreas próximas ao leito do rio. Ele relata ter saudades dos tempos em que podia se orientar pelo ruído vindo só rio e das matas, fenômeno que tem se tornado menos possível devido ao processo de desmatamento e, principalmente, após o início das obras da UHE Colíder. Em uma visita realizada por técnicos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Manoel Alves forneceu um registro interessante que ilustra sua percepção de integração com a natureza. Trata-se de um registro de áudio gravado por um técnico da COPEL no qual ele canta uma canção sobre a vida no rio e a expectativa sobre o que vai acontecer daqui para frente:

“Descendo rio abaixo
numa ilha encostei
pra fazer uma pescada
e por ali mesmo pousei
a pescada foi boa
eu já gostei
apesar de ser difícil, eu não achei
Fiquei muito tempo, naquela ilha já morei
Pesquei muito peixe, que eu peguei
Deu pra tratar dos meus filhos que criei
Faz mais de vinte anos que aqui eu morei
Moro até o dia de hoje, embora eu não sei
Tão me assustando, que uma barragem que tá saindo
O meu prazer eu faço, não sei como fica
até agora comigo não falaram
Estou esperando os homens chegaram, estou muito nervoso

⁴⁹Depoimento de Alaéce Inocêncio de Sá, morador da zona rural de Colíder, registrado no dia 20 de agosto de 2013.

Dá vontade de chorar de saber que estou próximo de sair deste lugar
Pensando eu comigo
não vou desacostumar
de ouvir o barulho da cachoeira
na hora de deitar
Todo este barulho para o meu sono embalar
Não vejo passar a noite
No outro dia que eu vou acordar.
Vou ver meus anzóis, tirar peixe vou limpar
pra levar para a cidade, para negociar
Fazer minha comprinha pra ilha voltar
Já to acostumado, não hei de sair de lá
Estou ficando velho, não sei até quando eu vou aguentar
Mas esperarei de Deus a sua vontade
Deus que sabe de todas as coisas, como vai dar
Eu sou um pouco teimoso, é difícil de lutar
Não gosto de ficar em casa pra móde o barulho que já começa a tocar.”⁵⁰

A canção composta por Manoel Alves é um exemplo nítido da polivalência dos saberes locais dentro do contexto das paisagens culturais. As práticas culturais integrantes das paisagens se desdobram em diversas formas de expressão, que difundem as interpretações individuais para um público mais amplo, formando comunidades de experiência que estruturam as memórias coletivas. No caso aqui analisado, a canção, entoada como um lamento, remete à tradição dos cantadores – os “sertanejos” do centro-oeste e também os repentistas do nordeste – que celebram a terra que não podem mais experimentar. No caso do Sr. Manoel Alves, é perceptível a forte carga emocional conferida à falta de informações sobre o desfecho das negociações para a compensação dos moradores da área, associada à sensação de velhice e impotência diante das questões burocráticas que entravam a solução do impasse.

Os três depoimentos aqui analisados, colhidos em um curto intervalo de tempo⁵¹, mostram casos de pescadores antigos da região abarcada pela UHE que esperam por definições que terão grande impacto em seus modos de vida. Tal impacto integrará um processo maior de desagregação do antigo modo de vida dos habitantes das margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso. Tais mudanças vêm ocorrendo há, pelo menos, uma década. A diminuição da produção pesqueira trouxe dificuldades para o sustento das famílias, além daquelas já impostas pela idade. A instalação da UHE Colíder veio a se somar aos fatores já mencionados, e foi mencionada em ambos os casos. Os depoimentos permitem afirmar que os moradores em questão sentem necessidade de manter uma vida ligada à natureza e principalmente ao rio Teles Pires. Essa necessidade é reforçada pela ideia de que eles estiveram envolvidos no desbravamento da região, e por isso seriam dignos de maior respeito pelos trabalhos realizados:

“Eu acho que a marca do povo daqui é que é todo mundo muito forte, todo mundo que entrou nisso aqui passou por muita dificuldade. Eu já passei por nove malárias! Todo mundo enfrentou problemas sérios, sofreram mesmo. Eu tenho irmão que morreu de malária, tios que morreram de malária, minha esposa deu sorte que apareceu um médico que conhecia de malária e conseguiu sobreviver. Esse povo que entrou aqui em 70, 80 e 90 deveria ser melhor considerado aqui, pois eles entraram

⁵⁰Canção composta pelo Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder.

⁵¹O depoimento do Sr. Natalio Aparecido de Sousa Pinto foi colhido na presença do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva. O depoimento deste último foi colhido no dia seguinte.

aqui e comeram o pão que o diabo amassou, eles merecem assistência de tudo. Nós que enfrentamos esse batido. Para eu sair daqui, só se for para uma chácara. Porque se for pra eu ir lá pra cidade pra ficar vendo televisão eu vou ficar louco. Vai dando depressão e o cara vai morrendo louco. Minha esposa, por exemplo, ela fica sozinha em casa, os filhos todos se formaram... agora que apareceram uns netos e ela ajuda a cuidar, mas ela já sofre de depressão. Nessa idade que eu já tô, se eu ficar sem trabalhar eu morro. Eu tenho que ficar me movimentando. Por isso que pra mim, pra sair daqui de onde eu tô, só se fosse para uma chácara, onde eu pudesse fazer uma roça e tentar continuar a pescar meus peixes, porque é isso que eu sei fazer, é isso que me sustenta.”⁵²

Segundo Natalio Aparecido de Sousa, nas primeiras décadas de ocupação das margens do Teles Pires o resultado de um dia de pesca geralmente era suficiente para a comercialização com vendedores locais, feito em bicicletas, motocicletas ou carros. Os pescadores procuravam atender os mercados de Colíder, Itaúba, Nova Canaã e Vera, cidades mais próximas para onde era possível transportar o produto em tempo hábil. A percepção do Sr. Natalio é a de que os modos tradicionais de vida e de pesca, no entanto, passam atualmente por mudanças bruscas decorrentes do impacto da ocupação da região:

“A minha renda aqui é mais ou menos dois salários por mês, às vezes mais, às vezes menos. Tudo com a pesca, e alguns bicos. Nós estamos há dois anos sem piracema! Não tem peixe! Eu fazia no mínimo por dia 5 ou 6 peixes, e hoje, por exemplo, eu tenho só um peixe! Tem 5 dias que aquela outra turma veio aqui, né, Lobinho? Pois então desde então eu tenho aqui um peixe, peguei só ele.”⁵³

A crise da prática pesqueira foi o primeiro motivo de inquietação dos pescadores das margens do rio Teles Pires. Com a aprovação e o início das obras de diversas hidrelétricas no curso do rio o problema passou a ser a possibilidade de o alagamento das margens do Teles Pires forçar a mudança dos pescadores tradicionais. Manoel Alves declarou não ter em mente modificar sua vida próxima ao rio:

“O meu assunto, quando resolver minha situação aqui, é arrumar um pedaço de terra pra eu viver sossegado. Porque aqui na beira do rio eu sempre vivi sossegado. Eu arrumando uma chácara pra mim tem que ser no rio, na beira daquela Colíder eu não quero não. Porque uma pessoa da minha idade ficar numa atormentação daquela e numa ladroeza daquela naquela cidade.”⁵⁴

Os depoimentos mostram grande estado de ansiedade e expectativa pela definição sobre suas atividades após a instalação da UHE Colíder. Os entrevistados mostram ter consciência de sua história na região e da forma de viver que ajudaram a consolidar naquele espaço. Ao mesmo tempo, buscam saídas para seguirem em frente depois dessa grande mudança:

“A gente fica meio azucrinado, sem saber o que vai acontecer. Porque eu fiquei aqui quase a vida inteira, cheguei aqui com pouco mais de 20 anos. Minha esposa mora com meu filho na cidade, ela tem um pro-

⁵²Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

⁵³Idem.

⁵⁴Depoimento do Sr. Manoel Alves de Sousa Saraiva, morador da Comunidade Fofoca, município de Colíder. Entrevista realizada em 16/05/2013.

blema dos rins, somente um deles funciona. Eu fico lá alguns dias, mas tenho que estar sempre perto do rio, para trabalhar. Eu só tenho isso aqui para fazer meu dinheiro, e atualmente está tão difícil pegar peixes que nem a pesca me dá tudo o que eu preciso. Tiro quase só o que dá pra comer. Eu estou tentando tirar minha aposentadoria, para resolver a situação, mas até resolver eu fico passando dificuldades.”⁵⁵

Os excertos de depoimentos transcritos acima, bem como a canção de autoria de Manoel Alves, mostram a inquietação com uma realidade marcada por mudanças cujas consequências são ainda ignoradas, mas associadas a perdas e quebra do ritmo da vida em interação com a natureza, em uma paisagem cultural específica. As práticas pesqueiras tradicionais passaram por modificações, mas mantiveram-se importantes para as representações sobre a identidade cultural local. Os pescadores, assim como diversos colonos e lavradores das fazendas da região, se enxergam como participantes do ciclo de colonização da região iniciado na década de 1970, e tal percepção é cercada de orgulho de uma vida de trabalho árduo e sofrimento. As opiniões dos entrevistados enfatizaram, em diversos momentos, a necessidade de medidas de reinserção dos moradores locais no mundo do trabalho sem quebra brusca dos modos de vida tradicionais, especialmente no ambiente ao qual eles já se encontram plenamente familiarizados, o rio Teles Pires.

IV - Conclusões

Nas seções anteriores procuramos analisar as autoimagens elaboradas por alguns pescadores das margens do rio Teles Pires, na região norte do estado do Mato Grosso. A partir da hipótese de que as formas de interação entre estas populações e o meio que as cerca configuram uma “paisagem cultural” específica, partimos para a identificação das características que a singularizam, saberes e formas de expressão que integram o universo simbólico associado à materialidade das práticas sociais.

Essa paisagem cultural, como foi possível observar, é caracterizada pela valorização do pioneirismo associado à abertura do norte do Mato Grosso às populações que migraram de outras regiões do Brasil. Os entrevistados relataram seus longos percursos até a chegada aos municípios onde atualmente residem, sempre associados à abertura da mata, a presença de garimpos e à proximidade com o rio Teles Pires. A construção de suas vidas em uma terra onde tudo estava por fazer contribui para a atribuição de uma valoração positiva da interação com a natureza como forma de driblar as dificuldades do processo de instalação no norte do Mato Grosso. Convivem, nessas representações, a natureza como fornecedora de recursos e a natureza hostil. Se por um lado foi preciso muito esforço para driblar os obstáculos apresentados pelas características da nova região, somente a utilização dos recursos que estavam à disposição possibilitou o estabelecimento dos núcleos populacionais nas proximidades do rio Teles Pires.

Observamos também que os pescadores entrevistados, ao afirmarem suas identidades, relacionam a prática tanto ao exercício de uma profissão quanto a uma forma de experiência da vida nas matas e no rio. Os pescadores entrevistados não exercem apenas as atividades de pesca, trabalhando em propriedades maiores com a criação de gado ou a manutenção de áreas de apoio. Essa multiplicidade de práticas e saberes caracteriza a experiência humana nas imediações do Teles Pires e confere à paisagem

⁵⁵Depoimento de Natalio Aparecido de Sousa Pinto, morador de uma das ilhas no curso do rio Teles Pires, no município de Colíder. Entrevista realizada em 15/05/2013.

cultural local maior complexidade ao articular diversas formas de expressão das identidades da população local. Os entrevistados não são apenas pescadores, mas construtores de barcos, fabricantes de instrumentos de pesca, caçadores, caseiros, pedreiros, comerciantes e, em alguns casos, chefes de família. A pesca integra um modo de vida que respeita o ritmo da mata, dos rios, dos animais, reconhecendo neles partes integrantes de uma mesma realidade.

A partir da constatação dessa experiência integrada da vida nas matas e no rio Teles Pires, associada à ideia de pioneirismo presente nas imagens identitárias dos habitantes antigos do norte do Mato Grosso, é que podemos perceber como a construção da UHE Colider foi articulada a uma percepção mais ampla do processo de modificação dos modos de vida nas imediações do rio Teles Pires. Os primeiros impactos começaram a ser sentidos há, pelo menos, uma década, e são associados à abertura indiscriminada das matas nas décadas de 1980 e 1990, período em que a legislação ambiental ainda não havia adquirido o rigor necessário para coibir o desmatamento. A diminuição do nível de peixes no rio Teles Pires foi percebida e levou os pescadores a procurarem novos locais para tentar compensar o obstáculo, não tendo sido necessário abandonar os terrenos onde eles viviam com suas famílias. A construção da usina e o alagamento de parte das margens do rio para a formação de uma barragem, por sua vez, apresentam a eminência da perda de suas casas, e as entrevistas não deixam dúvidas quanto à percepção de que as contrapartidas garantidas por lei não compensam a perda dos lugares onde os pescadores passaram parte de suas vidas.

Ao mesmo tempo, é possível perceber que os pescadores associam essa realidade a outros eventos de suas vidas, marcadas pela migração, pela fluidez das raízes, pelo contato com pessoas de diferentes procedências. Não há uma recusa total a um novo recomeço, afinal de contas, não seria “nada de novo no front” para esses habitantes “em movimento” das margens do rio Teles Pires, no norte do Mato Grosso. Os pescadores defendem, em seus depoimentos, que as formas de salvaguarda dos modos tradicionais de vida e de inserção no mercado de trabalho e nas redes comerciais locais, respeitem os agentes locais que contribuíram para a consolidação do povoamento na região.

Nesse sentido, é interessante perceber como o sentimento de desenraizamento leva ao estabelecimento de uma temporalidade por parte desses “pioneiros” do norte do Mato Grosso. A incerteza com relação ao desfecho das negociações com os responsáveis pela construção da UHE Colider é muitas vezes associada à chegada da idade, à aposentadoria, à passagem da responsabilidade da família para os filhos que, em muitos casos, não continuam a praticar o modo de vida dos pais. O tempo do pioneirismo estaria acabado, a mobilidade no território pela iniciativa, as tentativas de enriquecimento, a aquisição de uma propriedade, tudo isso estaria no passado e o presente apresenta, na visão desses agentes locais, incertezas sobre a possibilidade de continuação da vida no rio Teles Pires.

Este trabalho procurou, na medida do possível e dentro dos limites propostos para um artigo, recuperar as interpretações de pescadores ribeirinhos do norte do Mato Grosso que fazem do rio Teles Pires suas moradas, seus locais de trabalho e os locais de experiência de suas vidas. O universo simbólico das populações que vivem nas imediações do rio Teles Pires constituem uma paisagem cultural peculiar no centro-oeste brasileiro, atualmente em processo de rearticulação devido às mudanças socioambientais observadas na região amazônica. Esperamos ter cumprido o objetivo de dar voz a agentes por vezes invisíveis diante do processo de interiorização das políticas públicas nas áreas estratégicas e também fornecer maiores subsídios para o estudo das práticas culturais tradicionais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES ELETRÔNICAS

- BACHA, Carlos José Caetano; PRATES, Rodolfo Coelho. O processo de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.10, n.3 (43), dez/2011, p. 605. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a06v20n3.pdf>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de novembro de 2013.
- BRASIL. Lei Federal N°. 6.496, de 7 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6496.htm. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- BRASIL. Lei Federal N° 6938, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1981/6938.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- COMPANHIA Paranaense de Energia – COPEL. Especificação Técnica do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e Educação Patrimonial do Projeto Básico Ambiental – PBA do empreendimento UHE COLÍDER - 300 MW. Curitiba, 2011.
- _____. Usina Hidrelétrica Colíder – Materiais de Comunicação. Disponível em: <http://www.copel.com/uhecolider/noticias.php?not=%2Fuhecolider%2Fpagcopelnsf%2Fdocs%2F2377BCD6A036D74A032578C400690B7B>. Acesso em 15 de agosto de 2013.
- CAMARGO, Lígia (org). Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.
- CASTIGLIONE, Luis. O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: O caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932). *Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, Vol. 2, nov.2012, p. 204-223. Disponível em: seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/download/36563/23660
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma Geografia do Turismo? In.: GASTAL, Susana; BENI, Mario Carlos; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). *Turismo: Investigação e Crítica*. – São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).
- CUNHA, M. C. “Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo. v.13, n.36, p.147 – 163, 1999.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Manual de intervenções em jardins históricos*. Brasília: IPHAN, 2005.
- ESCRIBANO, B., MILAGRO, M., FRUTOS, M., MATAR, C., TORRES, I. A Paisagem: Unidades temáticas ambientais e a direção do meio ambiente. Brasília: Ministério de Obras Públicas e Urbanismo. 1987.
- FALCHETTI, Sirlei Ana. *Percepções sociais do desenvolvimento e impacto ambiental – Sinop/MT, 1979-2009*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010, p. 52.
- FERREIRA, Marieta Moraes. *História oral: um inventário das diferenças*. In.: FERREIRA, Marieta Moraes et. al. (orgs.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FONSECA, Paulo Cesar Dutra. *Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930*. In.: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Paulo Cesar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 173-177.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 3746, de 18-06-1976.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 4158, de 18-12-1979.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Leis Estaduais n° 4378, de 16-11-1981 e 4396, de 23-11-1981.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Lei Estadual n° 5319, de 04-07-1988.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000.
- LENOBLE, Roberto. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. "Famílias de Pescadores Artesanais". In.: Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cgsgrupos_populacionais/textos/ribeirinhas.pdf

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Siloé de. Quem foram eles. Colíder, 2007, p. 22-23.

PORTAL Blog Serra da Piedade. Disponível em: <http://www.joseisraelbrantes.com.br/pt/photography/list/?page=10>. Acesso em 07 de novembro de 2013.

PORTAL do Corcovado. Disponível em: <http://www.corcovado.com.br/>. Acesso 09 de novembro de 2013.

RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural e patrimônio. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. Sociedade e espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, p.18, jun., 1988.

SAUER, C.O. "A morfologia da Paisagem". In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-74.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. De Heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia Mato-Grossense. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 16-17.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Anuário Estatístico 2004. Cuiabá/MT: SEPLAN, 2004

SILVA, Larissa Kashina Rebello da. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-85). I: A questão agrária no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/agro-rs.htm>

SIMMEL, Georg. "Philosophie du Paysage" (1913) et "La signification esthétique du visage" (1901). In: La Tragédie de la Culture. Paris: Editions Rivages, 1988. Disponível em: <http://www.paisagemememoria/silex/44/2010.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2013.

TELLES, L. S. Manual do patrimônio histórico. Porto Alegre: Grafosul, 1977.

TEMPORIS CONSULTORIA. Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do UHE – Colíder. Belo Horizonte, 2012.

_____. 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-04. Belo Horizonte, 2012.

_____. 2º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-05. Belo Horizonte, 2013.

_____. 3º RELATÓRIO TRIMESTRAL | EC-06. Belo Horizonte, 2013.